

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



A Proteção à Mulher Transexual na Lei Maria da Penha

Autor(res)

Nara Lancia

Thais Cristine Siqueira De Souza

Adrian Morais Silva

Maria Fernanda Monteiro

Carlos Nader Junior

Categoria do Trabalho

4

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE PINDAMONHANGABA

Introdução

Há inúmeras violências que afetam a mulher transexual, sendo umas delas, a que ocorre no ambiente doméstico e familiar. O “Dossiê: Assassinatos e violências contra Travestis e transexuais brasileiras em 2023”, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), aponta que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans. A Lei Maria da Penha oferece proteção contra a violência de gênero ocorrida no ambiente doméstico e familiar. Embora, a Lei utilize o termo gênero, e não sexo, ainda existem debates sobre sua aplicabilidade às mulheres transexuais. Assim, pretende-se examinar se a Lei Maria da Penha é aplicável à mulher transexual. Partiu-se da hipótese de que a lei citada, é aplicada à mulher transexual, pois o critério utilizado para a sua aplicação é o gênero. Outra hipótese, consiste na necessidade de decisão jurisprudencial sobre o tema para afirmar o que diz a lei, já que comumente o conceito de gênero é confundido com o de sexo.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar a abrangência da Lei Maria da Penha, especificamente se a Lei é aplicável à mulher transexual.

Material e Métodos

O desenvolvimento teórico e investigativo utilizado na pesquisa compreendem o método científico hipotético-dedutivo e trata-se de pesquisa qualitativa. Foi realizado levantamento bibliográfico com consultas a legislação pertinente, Enunciado, Jurisprudência, assim como também a trabalhos e pesquisas empíricas, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento acadêmico sobre o assunto abordado.

Resultados e Discussão

Partindo-se da perspectiva de gênero, discute-se se o termo gênero contido na Lei Maria da Penha abrange também a mulher transexual. Em que pese conste no artigo 5º da Lei, que ela oferece proteção jurídica à mulher em razão do gênero, foi necessário ser levantada esta questão em 2017 no IX encontro do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a mulher. Neste encontro, foi decidido pela

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



aplicabilidade da Lei às mulheres trans, o que ocasionou na elaboração do Enunciado 46. Posteriormente, a 6ª Turma do STJ, decidiu que a Lei Maria da Penha também é aplicada à mulher transexual. Da interpretação literal do artigo 5º da Lei em comento, percebe-se que a Lei oferece proteção jurídica à mulher em razão do gênero, ocasião em que, ao definirmos gênero como o que distingue os indivíduos socialmente, em vez de biologicamente, como faz o conceito de sexo, o termo gênero contido na lei integra também a mulher transexual.

Conclusão

Diante do exposto, no presente resumo, identifica-se a necessidade de uma disseminação forte e alargada dos conceitos de gênero e sexo, devido, ainda, ser comum cidadãos e operadores do direito tratarem gênero e sexo como sinônimos. Esta diferenciação é de extrema importância para que se possa garantir mecanismos de prevenção e combate à violência contra às mulheres transexuais, pois, a violência cresce cada vez mais, sendo o Brasil o país que mais mata pessoas trans.

Referências

BENEVIDES, Bruna. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024; LANCIA, Nara Furtado. Violência contra mulher: a ressocialização do condenado como instrumento para o combate ao crime. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Ciência Jurídica) –Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019; LANCIA, Nara Furtado; ALMEIDA, Hugo Netto Natrielli. Lei Maria da Penha: aplica-se à mulher transexual? Repositório Cogna Educação, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br//handle/123456789/52533>. Acesso em: 06 abril. 2024; LIVIO, Bárbara. Enunciados do FONAVID. Teresina: Conselho Nacional de Justiça, 2022; REsp n. 1.977.124-SP, Relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, STJ, Data de Julgamento: 5/4/2022; Data de Publicação: 22/4/2022.

TRANSCENDEMOS explica. Transcendemos, [20--?]. Disponível em: <https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans/>. Acesso em: 06 abril. 2024.